

Um país em transe

EDGARD LEITE*

I

Entende-se, muitas vezes, que a história do Brasil é um poço de incompletudes. As características singulares de nosso processo histórico permitiram um desenvolvimento social que busca, simultaneamente, a inovação e a conservação. Essa ambiguidade está expressa no paradoxal preâmbulo da constituição de 1824, no qual o Imperador do Brasil foi entendido simultaneamente como emergindo da “Graça de Deus” e da “aclamação dos povos”. Essa hesitação jurídica expressava os temores dos primeiros brasileiros (a assim se entenderem) em trilhar os caminhos da revolução sem abandonar as dimensões sagradas do poder, próprias do Antigo Regime. Tal dinâmica não é característica apenas daquele momento e daquelas circunstâncias, mas atravessa toda a história do Brasil, mesmo nos seus momentos mais dramáticos.

Durante as rebeliões regionais que se seguiram à abdicação do Imperador – esta mesma fruto de um movimento tanto popular quanto aristocrático –, as soluções negociadas predominaram sobre as ações violentas, o que lançou as bases de uma sólida tradição política de conciliação e reforma. As dimensões conservadoras dessa política eram muito claras, mas nela também estavam contidas ansiedades modernizadoras, que buscavam caminhos nos quais a preservação de privilégios diversos

pudesse ser equacionada com mudanças, que introduzissem, de alguma forma, o futuro no presente. Tendências mais conservadoras ou mais inovadoras alternaram-se ao longo de nossa história, no interior dessas práticas políticas.

O perpétuo perfil dependente da economia brasileira, ajustado às demandas de *commodities* das economias mercantis avançadas ou industrializadas do hemisfério norte, justificado pela abundante riqueza de recursos e de possibilidades, nunca foi um elemento capaz de propiciar pressões internas suficientes para impulsionar o país na rota ruptora característica de alguns países da América Latina. O isolamento do Brasil, nesse sentido, que preocupava Simon Bolívar – que via nosso país como uma força reacionária, talvez restauradora (do Antigo Regime) –, sempre foi entendido por muitos brasileiros como uma vantagem, uma virtude e uma particularidade nossa, que distinguia o país do poço de instabilidades que caracterizava os países de fala hispânica no continente. Alheio a esses espaços vizinhos, voltado para o Atlântico, o Brasil realmente desenvolveu-se perseguindo um caminho próprio, criando em torno de sua riqueza natural e de seu vazio demográfico diversas concepções sobre a natureza de seu povo e de sua história.

II

Foi muito estudado pelos historiadores do século XX o grande peso da herança lusitana na configuração dessa cultura de *inação ativa*, diríamos assim. Quando Salazar orgulhava-se de ver no Brasil um filho querido de Portugal, sem dúvida referia-se a essas características tão marcantes do nosso país, que depreendia serem originárias de Portugal. Talvez estivesse certo. Quando, em 1974, por exemplo, Portugal experimentou sua revolução, foi interessante observar os capitães de Abril no Terreiro do Paço solicitando a saída dos líderes depostos e explicando que “não queriam derramamento de sangue”. Esse sentimentalismo lusitano, de certa forma, foi herdado pela cultura política brasileira como justificativa para o incessante e permanente sentimento de que todas as questões graves deveriam ser resolvidas em acordos silenciosos nos cantos dos gabinetes.

Decerto que quando se fazia necessário impor-se, esse mesmo sentimentalismo transformava-se em explosão de violência desmedida, desproporcional, tanto para os iguais quanto para os hierarquicamente inferiores. Mas esses momentos, não muito comuns ou constantes, sempre pareceram acidentes de percurso numa jornada do país rumo, entre outras coisas, à realização de... sua *não preocupação de dizer ao que veio* diante do mundo. Leniência que sempre se constituiu, no entanto, na sua principal mensagem, porque realçava sua singularidade – e usualmente intrigava os estrangeiros.

É difícil dizer se o bolchevismo introduziu, de fato, elementos novos nessa realidade. No princípio do século XX, momento em que essa ideologia entrou no Brasil, este experimentava, em grande parte contra a vontade de

muitos, um surto de modernização – cuja periodicidade, aliás, pode ser contada nos dedos nos últimos cem anos. Tal ideologia foi vista, por muitos como elemento modernizador. Mas a perspectiva revolucionária social teve imensas dificuldades em tornar-se alternativa viável na alma daqueles que pretendia armar para libertar.

A história do PCB, por exemplo, está cheia desses momentos simultaneamente patéticos e trágicos, como 1935, ou as “Resoluções de 1951”, nos quais a ausência de efetivo apoio popular ou o desinteresse dramático de muitos eram compensados, entre os militantes, por uma crença sem tamanho em miraculosas fórmulas de transformação social que desconsideravam a realidade do país, sua história e cultura. Esses devaneios conduziram o Partido para o muro que a realidade ergueu, em 1964, a essa e outras semelhantes doutrinas políticas.

A possibilidade de viver-se uma transformação aos moldes das revoluções atlânticas do século XVIII, pois a possibilidade de uma revolução russa, por aqui, foi abandonada desde o princípio, revelou-se tão quimérica e hostil à natureza da realidade social que, já mesmo nos limiares da década de 1960, o próprio PCB inclinava-se a aceitar as conversas nos gabinetes com políticos e outros participantes do poder como melhor forma de solucionar as questões no país – e as suas próprias questões. A recusa final da luta armada como alternativa, no Congresso do PCB, em 1967, sinalizou, entre outras coisas, um reconhecimento dessa realidade maior.

O desastre do enfrentamento armado de esquerda contra o regime militar, promovido por dissidentes teimosos na crença revolucionária – desastre

inigualado em toda a América Latina, diga-se de passagem –, demonstrou o isolamento das políticas de enfrentamento violento a um sistema infinitamente mais consistente do ponto de vista histórico. Isolamento motivado quer pelo temor da reação desproporcional do Poder, quer pela confiança social difusa na sua elasticidade sentimental. No entanto, como sabemos hoje em dia, os líderes dessas aventuras armadas acabaram, mesmo eles, cedendo ao império da conciliação e submetendo-se ao funcionamento regular do sistema de conchavos e arremedos, sentimentalismos e súbitas truculências, que caracteriza, historicamente, a ação política no país.

III

Todas as nossas grandes transições, no entanto, não deixaram de ter em mente a necessidade de, mesmo diante desse quadro de conservação e conciliação, introduzir melhorias crescentes na sociedade, a fim de, mesmo que fosse apenas para isto, propiciar condições superiores para o exercício de nossas atividades de dependência exportadora. Algumas vezes, essas melhorias eram inspiradas pelo sonho do advento de uma sociedade de abundância, à imagem dos devaneios populares sebastianistas e messiânicos tão frequentes na nossa história, e dos quais o PCB e a esquerda, aliás, retiravam grande parte de sua força motora. Mas sempre traduziam alguma preocupação com a elevação da situação social, política ou financeira do país. Foi assim em 1889, em 1930 (com medidas em prol da formação de um mercado consumidor interno – por ditadura e irrenunciável necessidade), em 1945, em 1964 e em 1985.

É claro que a emergência do povo como fenômeno político, consolidado

eleitoralmente a partir de 1945 – mas já evidente, por exemplo, na campanha civilista de Rui Barbosa em 1910 –, gerou perturbações maiores ou menores nessa ordem de coisas. Agentes políticos diversos passaram a ter a necessidade de desenvolver práticas de controle social, para incluir a população, de alguma forma, nas políticas de reforma ou conciliação. Isso gerou dissensões e crises periódicas, ligadas em grande parte à permanente resistência em adotar algum modelo que pudesse romper os equilíbrios preexistentes, ou que assegurasse plena emancipação e autonomia à sociedade e, conseqüentemente, implicasse na perda temerosa do controle sobre o presente e, assim, sobre o futuro.

O lento crescimento populacional, combinado com intenso crescimento urbano, consolidou, no entanto, imprescindíveis necessidades ao longo do século XX. Os grandes surtos de desenvolvimento das economias centrais capitalistas e o fortalecimento da sociedade global enriqueceram setores superiores da sociedade brasileira e geraram ao seu redor classes médias urbanas mais ou menos consolidadas, com demandas muito claras de estabilidade, emprego, participação e consumo, e incipientes e necessários processos de industrialização.

Igualmente, a partir da década de 1970, a modernização do campo, pela via tradicional brasileira – nesse caso, não sem alguma truculência –, acabou gerando novos horizontes de desenvolvimento agrícola, através dos quais, diante do esvaziamento da antiga população rural brasileira, o Brasil pode colocar-se com alguma relevância diante dos mercados mundiais. Essa situação amadureceu totalmente no final da década de 1990, quando a produção

agrícola crescente uniu-se à produção mineral abundante e assegurou um lugar próprio para o país no sistema econômico global.

IV

No final do século XIX, as classes médias da primeira industrialização padeceram a crise da I Guerra Mundial e batalharam por transformações que só seriam parcialmente consolidadas no Estado Novo: salário mínimo, valorização do trabalho, possibilidades de planejamento e consumo. No entanto, o fortalecimento do consumo sob Vargas exigiu novas demandas, que também foram satisfeitas apenas parcialmente na era JK: extensão das possibilidades de ascensão a outros setores sociais, novos meios de financiamento, novas oportunidades de trabalho na indústria e no setor de serviços. Isso permitiu um surto de crescimento dos setores médios ainda não visto até então.

Entretanto, a natureza do financiamento desse movimento – basicamente, por meio de empréstimos internacionais ou fortalecimento das empresas e ações estatais – e a irresponsabilidade na gestão desses recursos – jamais colocados, em montante significativo, ou inteligente, a serviço da ampliação da produção de riquezas (vide os extraordinários gastos para a construção de uma nova capital) – geraram uma crise do modelo, que só foi solucionada, de certa forma, pelo ‘milagre brasileiro’, a partir da década de 1970, com mais expansão de crédito, maior consumo e ampliação dos setores médios.

Contudo, os governos Médici e Geisel compensaram da mesma maneira a ausência de produtividade da economia, a carência de poupança interna e a inexistência de meios próprios de

financiamento através de empréstimos internacionais massivos e ações empresariais públicas. Os empréstimos em si jamais seriam um problema, é claro, se tivessem sido administrados com ciência. Mas sua gestão nem sempre foi eficiente e acabaram submetidos, de diferentes maneiras, a interesses menores da política brasileira, potencializados pela natureza excepcional do regime. A longa crise que se seguiu ao regime militar, a chamada “década perdida”, só foi superada com mais um surto modernizador, o qual correspondeu a um ciclo sem precedentes de desenvolvimento econômico internacional.

A era FHC-Lula (e Dilma, é claro), no entanto, foi caracterizada pela tendência de evitar-se transformações de fundo, que pudessem habilitar a sociedade brasileira a competir em melhores condições com as economias capitalistas existentes no cenário internacional: acomodaram-se os agentes políticos e sociais ao modelo confortável agrário-exportador. Porém, ao contrário dos momentos anteriores, em que, mesmo assim, lançaram-se bases de incipientes políticas de fomento tecnológico – e a educação fora, pelo menos, um problema a ser abordado de alguma maneira (de Vargas ao regime militar) –, nessa última fase optou-se pela valorização da política de exportação de alimentos e minérios, consolidando o Brasil no seu papel histórico arquetípico e relegando, gradualmente, para segundo plano, qualquer tentativa de elevação do nível educacional geral da sociedade.

A ideia de um projeto nacional foi entrando em crise e noções nebulosas sobre uma sociedade de bem-estar, isolada do mundo, foram tomando corpo, bem aos moldes das utopias

sebastianistas já conhecidas. A singular aliança, verificada a partir de 1992, entre a tradicional política conservadora nordestina e as esquerdas do centro-sul pareceu indicar a ideia de que a crença messiânica da esquerda era mais adequada às raízes históricas conservadoras do país do que os modelos liberais e autonomistas da tradição revolucionária ocidental.

O dispêndio irresponsável de recursos, o relativo desprezo pelo fortalecimento da educação, da ciência e da tecnologia, o culto pela inoperância administrativa, o estímulo à irracionalidade das crenças e à esquizofrenia política e nacional, que chegou ao seu auge com a inconsequente decisão de receber as dispendiosas (para nossas capacidades, já que somos um país com inúmeras outras prioridades) Copa do Mundo e Olimpíadas, não foram movimentos propícios para o futuro da produtividade de nossas indústrias e campos. Mas, principalmente, não foram úteis para a consolidação das expectativas de crescimento de uma classe média cada vez mais moderna, cada vez mais crente, como só pode ser, nos valores superiores da educação, no significado da qualificação profissional, nos valores do trabalho e na alta significação de buscar-se uma ordem centrada na autonomia moral dos cidadãos.

V

Acreditamos que a atual crise deve ser entendida nesse contexto. Trata-se de mais uma crise, análoga em suas impossibilidades e possibilidades a muitas anteriores, e originando-se da dificuldade de adoção de uma plena plataforma modernizadora. Existe hoje, como sempre, a necessidade de um projeto nacional que permita o aumento real da competitividade industrial, que possibilite ao campo não apenas uma maior produção, mas também o

escoamento eficiente dessa produção, que engendre um sistema judicial capaz de garantir segurança jurídica aos diversos agentes econômicos e aos indivíduos, que permita a superação da política de distribuição graciosa de recursos e instale uma realidade de produtividade social efetiva e que libere a sociedade dos mandonismos e intervenções salvadoras e místicas oriundas ao Antigo Regime, tão hostis aos movimentos da modernidade.

É necessário um projeto de realização social que potencialize no indivíduo o sentimento de pertencimento a uma sociedade que lhe garanta, através do trabalho, os meios para viver e ascender numa sociedade de méritos. Os receios e as excessivas cautelas, próprias das negociações políticas, certamente estão por trás dessa carência de objetivos nacionais. A necessidade de uma reforma política, nesse sentido, é evidente, mas nos parece que ela deve estar inserida em um projeto de desenvolvimento nacional consistente e vivenciado de forma plena pela sociedade, pois, sem esse projeto, não há futuro para qualquer Nação ou sociedade. Projeto que busque, pareces-nos evidente, a consolidação dos valores da Democracia e do legado das revoluções liberais entre nós.

O nosso namoro histórico com esse legado nunca foi realizado plenamente, e impede que aproveitemos, por exemplo, os momentos de liquidez financeira interna e externa em nosso benefício. As flutuações da economia internacional servem-nos apenas para modular, usualmente de forma transitória, nossas expectativas de bem-estar messiânico, não subordinadas, de qualquer forma, à racionalidade do trabalho ou das finanças, mas a sutis demandas e arcaicas ansiedades por um estado de absoluto bem-estar físico e

material que descerá do governo, como antes entendia-se que desceria de Deus.

VI

Hoje, vivemos um quadro de esgotamento econômico e financeiro do modelo que foi gerado em princípios da década de 1990. Tal modelo serviu, entre outras coisas, para satisfazer, de forma simultânea, embora de maneira não muito inteligente, como sempre, tanto o setor médio emergente, fruto inevitável do crescimento das atividades de exportação de *commodities* e da expansão do crédito e da produção industrial nacional e internacional, quanto os setores dominantes da economia, notavelmente da indústria, finanças, serviços e agronegócio, bem como todos os setores internacionais diante dos quais desempenhamos um papel específico. Mas esse projeto não foi pensado para conceder ao país sólidas bases auto-sustentadas para o seu amadurecimento *enquanto sociedade democrática e capitalista*, o que não chega, como vimos, a ser uma novidade na história. Esse projeto foi pensado apenas para equacionar questões internas com externas sem grandes traumas ou desafios.

No entanto, o grau de crise nele latente parece ser ainda mais grave do que o das crises anteriores, por conta da amplitude das ansiedades e problemas que cada uma das crises vai adicionando à massa crítica de demandas históricas, cada vez mais profundas e complexas, pois pode-se acalentar ideologicamente, tanto à esquerda quanto à direita, que o futuro é um estado de harmonia social, de distribuição de riquezas a todos sem trabalho e grandes esforços, mas toda a pauta central está na busca da riqueza – que só pode emergir de um sistema constitucional liberal, que garanta o poder de compra e o acesso aos bens

através do trabalho e que estimule a crescente produtividade da sociedade por meio da permanente inovação e boa gestão.

Em cada um dos movimentos anteriores, as demandas sociais serviram para legitimar a gestação de novos modelos, administrados, à maneira brasileira, através de conciliações e acordos – e eventuais truculências. Foi assim nas décadas de 1910 e 1920, assim como, nos governos Vargas e Juscelino. Da mesma maneira, moveram-se as forças políticas e a classe média durante a conturbada década de 1950, engendrando a legitimidade para o regime que emergiu em 1964. Foi assim, também, a partir da crise do regime militar, que o PMDB, sob o respaldo de setores da sociedade, surgiu com força dominante, no sentido de promover uma nova ordem constitucional liberal – muito importante, de fato, para o desenvolvimento do sistema capitalista e da segurança jurídica a ele inerente. E também dessa forma aconteceu, a partir da crise da década de 1980, com a emergência do PSDB e do PT como gestores de um novo modelo estabilizador, supostamente mais distributivo – e consolidador do mercado interno.

Parece-nos que o atual movimento, na esteira dessa nova crise, pode estar engendrando novas forças e novas alternativas para a realidade brasileira. A recusa dos manifestantes em aceitar as bandeiras da esquerda parece indicar que o movimento vê-se distante das plataformas da década de 1980 e de suas expectativas, e depreende, provavelmente de forma correta, que foi exatamente a política dessa esquerda que, legítima a seu tempo, gerou, no entanto, as impossibilidades do presente. No entanto, parece-nos que a

questão não está em entender o problema do ponto de vista de dicotomias ideológicas, mas sim de considerar que uma solução para os dilemas do presente está no estabelecimento de um novo projeto de desenvolvimento nacional, que pense as necessidades do Brasil no âmbito das demandas que afligem as diferentes nações e na necessidade de adotar políticas necessárias para elevar a posição do país diante dos diversos protagonistas da ordem internacional, tanto do ponto de vista econômico-financeiro quanto cultural, educacional e humano.

VII

O mais recente projeto nacional que tivemos foi o esboçado na era Vargas, mas esse agonizou lentamente ao final do regime militar. Um novo projeto exigirá muito esforço e muito compromisso, desprendimento e, como aparece nas ruas, amor ao país, envolvimento com sua causa e confiança em seu destino. Todas as reformas possíveis devem ser pensadas através do papel que possam assumir na plena realização democrática da nacionalidade, na liberação das forças que ela contém – e que aspiram a tornar-se realidade – por meio do Estado de Direito e do respeito aos direitos fundamentais, respeitando-se o indivíduo e a pluralidade. É um horizonte possível consolidar nosso país como uma Nação moderna, em que os brasileiros entendam que todos têm um destino comum, no qual o crescimento individual seja considerado como o crescimento de todos.

O espírito de conciliação e reforma da sociedade brasileira não precisa ser abolido nesse processo, porque é parte da nossa forma de ser e da nossa história e, talvez, seja como sempre se sugeriu: uma de nossas virtudes e uma

contribuição nossa, original, à humanidade. Mas tal espírito deve ser colocado a serviço das transformações e entendido como o caminho mais natural para chegarmos a algum lugar melhor. No entanto, dessa vez, o patamar das demandas é mais elevado e mais profundo: por um lado, envolve a crítica às ilusões de uma abundância miraculosa e ao papel salvador dos líderes demagógicos; por outro lado, parte de uma defesa dos valores da democracia, da liberdade e do fortalecimento, sem precedentes, da cidadania, dos direitos e do exercício do poder da opinião livre e plural.

Além do mais, não há mais como adiar a profunda reforma do sistema educacional, centrada no fortalecimento do conteúdo cultural e científico dos brasileiros, em uma identidade cidadã democrática e na elevação significativa do nível médio de sua qualificação profissional. Toda sociedade industrializada sabe bem que a riqueza caminha junto com a educação. Nesse sentido, há de se ter um pouco mais de coragem do que antes. Serão esses encaminhamentos completos? Provavelmente não, porque a incompletude é realidade maior de todo movimento histórico e a expressão de nossas dificuldades orgânicas. Mas a sensação de que caminhamos em frente demonstra a existência de nossa vitalidade, de nossa potência e estimula a criação e a esperança.

Recebido em 2013-07-02
Publicado em 2013-07-06



* **EDGARD LEITE** é membro da Academia Brasileira de Filosofia, Professor Associado da UERJ e da UFRJ. E-mail: edleitecastro@yahoo.com